

CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO



PROTOCOLO 52015/2025

14/07/2025 17:54

ı

PROCESSO 1096/2025

ESTADO DE SÃO PAULO www.camarabebedouro.sp.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 36/2025

De autoria do Vereador Pastor Artur Henrique - PL

DETERMINA QUE AS PESSOAS QUE COMETEREM O CRIME DE MAUS TRATOS CONTRA ANIMAIS NO ÂMBITO MUNICIPAL, ARQUEM COM AS DESPESAS DO TRATAMENTO VETERINÁRIO DOS MESMOS NA FORMA QUE MENCIONA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO/ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais, regimentais e constitucionais, faz saber que aprova o seguinte Projeto de Lei, de autoria do Vereador Pastor Artur Henrique - PL:

Art. 1º Fica determinado que, nos crimes de maus tratos cometidos no âmbito do Município de Bebedouro, as despesas de assistência veterinária e demais gastos decorrentes da agressão serão de responsabilidade do agressor, na forma do Código Civil.

Art. 2º O agressor ficará obrigado, inclusive, a ressarcir a Administração Pública Municipal de todos os custos relativos aos serviços públicos de saúde veterinária prestados para o total tratamento do animal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bebedouro, 14 de julho de 2025.

Presidente

Presidente

<u>Justificativa</u>

A Constituição Federal, em seu art. 225, § 1°, VII, veda qualquer prática que submeta os animais a crueldade ou agressão. Segundo o dispositivo constitucional "é dever do Estado e da coletividade zelar pelos animais e, ao mesmo tempo, impedir práticas que os submetam a crueldade; Corroborando com a Constituição Federal, a Lei de Crimes Ambientais – Lei Federal nº 9.605/98 e o Código Penal coíbem as práticas de maus-tratos aos animais,



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO



PROTOCOLO 52015/2025

I

PROCESSO 1096/2025

ESTADO DE SÃO PAULO www.camarabebedouro.sp.gov.br

estabelecendo as penalidades, tanto para os animais silvestres quanto para os domésticos. Entretanto, a prática de maus-tratos e crueldade ocorrem constantemente; Assim, o presente projeto de lei visa cumprir com o dever do Estado de zelar pelo bem-estar animal. Além da responsabilização criminal, é necessário responsabilizar o agressor pelos danos decorrentes do seu ilícito. O Estado deve atuar de modo multifacetado, na educação, na conscientização e sendo sancionador. Não se pode esperar, apenas, que cada ser humano, que cada consciência, faça o seu papel no respeito à dignidade animal; Por essas razões, conto com esta Casa Legislativa, sempre sensível aos interesses da comunidade, e com o apoio dos meus pares para sua aprovação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Bebedouro. Para verificar as assinaturas, clique no link: http://177.21.38.106/Siave/documentos/autenticar e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 6BC8-7068-46GR-YCBR

